

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

RESOLUÇÃO Nº 07, de 13 de abril de 2018.

“Institui no âmbito do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, a redução e isenção de taxa em concursos públicos e processos seletivos na forma que especifica e dá outras providências”.

A Assembleia Geral Extraordinária aprovou, em reunião do dia **13 de abril de 2018**, e eu, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica instituído o direito à isenção ou redução no valor da taxa de inscrição em concursos públicos e processos seletivos, aos candidatos que preencham os seguintes requisitos e condições:

I - Sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em:

- a) uma das séries do ensino fundamental ou médio;
- b) curso pré-vestibular;
- c) curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação;
- d) curso de Educação de Jovens e Adultos.

II – A comprovação da condição de estudante ficará condicionada a apresentação de qualquer dos documentos constantes das alíneas “a” e “b”, sem prejuízo do comprovante de renda a que alude a alínea “c”:

a) certidão ou declaração expedida por instituição de ensino pública ou privada ou;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente e;

c) – comprovante de renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos;

III – a comprovação da condição de desempregado fica condicionada a apresentação dos seguintes documentos:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

a) Cópia da carteira de trabalho, com apresentação do último registro e da respectiva demissão;

b) Declaração com duas testemunhas atestando estar sem atividade profissional, ainda que informal; sem receber rendimentos; que não recebe benefício de auxílio desemprego; que não tem inscrição municipal relativa à atividade autônoma em estabelecimentos comerciais ou prestadora de serviços, sob as penas da lei.

IV – a comprovação da condição de inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais, nos termos do Decreto no 6.135, de 26 de junho de 2007, fica condicionada a apresentação dos seguintes documentos:

a) - indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico; e

b) - declaração de que atende à condição de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.

§ 1º - Aplica-se esta Resolução aos processos seletivos simplificados para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

§ 2º - Esta Resolução não se aplica aos inscritos como profissionais autônomos, proprietários de estabelecimento comerciais ou prestadores de serviços.

Art. 2º - O Edital do concurso público ou do processo seletivo disporá sobre forma de inscrição, encaminhamento de documentos, prazos para o exercício do direito assegurado nesta Resolução, forma de deferimento e indeferimento de pedidos e recurso cabível.

Art. 3º - A redução será de, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa de inscrição para estudantes e de 100% (cem por cento) para desempregados e inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais, nos termos do Decreto no 6.135, de 26 de junho de 2007.

Parágrafo único. O percentual de redução deverá constar expressamente no edital de abertura do concurso.

Art. 4º - Será eliminado do concurso público ou do processo seletivo o candidato que agir com fraude ou má-fé para a obtenção dos benefícios de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O candidato que tiver sua inscrição cancelada ou for eliminado do certame por vício na inscrição terá direito à ampla defesa e ao contraditório, e ao menos, um recurso hierárquico.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Art. 5º - A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto no 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Prudente/SP, 13 de abril de 2018.

AILTON CESAR HERLING

Presidente - CIOP